

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
28 de agosto de 2008 - Nº 81 - www.sindipetrocaxias.org.br



Campanha Salarial 2008 Todos a assembléia hoje 28/08, às 18h no Sindicato

Pauta de Reivindicações da Petrobrás, Transpetro e demais subsidiárias para campanha salarial 2008/2009 da Federação Única dos Petroleiros e Sindicatos Filiados

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL - Em 1º de setembro de 2008, a Companhia reajustará a tabela salarial dos seus empregados, conforme Tabela Salarial vigente em agosto de 2008, no percentual correspondente a 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 2007 e 31 de agosto de 2008.

Parágrafo 1º - Os salários aqui pactuados serão automaticamente reajustados em 2% (dois por cento), na vigência do presente, sempre que a inflação mensal acumulada (ICV-DIEESE) atingir este percentual. O percentual inferior a dois por cento, excluído o referido reajuste, será acumulado com os índices mensais posteriores, para fim de cumprimento do aqui disposto.

Parágrafo 2º - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

Parágrafo 3º - Será constituída comissão paritária entre a Cia, FUP e Sindicatos a fim de apurar as perdas salariais resultantes dos Planos Econômicos dos governos passados.

Parágrafo 4º - A Companhia reajustará, nos percentuais e na mesma data previstos nesta cláusula, todos os benefícios sociais constantes do ACT 2007/2009, exclusivamente na parte cujo custeio seja de integral responsabilidade da CIA.

Parágrafo 5º - A Companhia reajustará o Auxílio-Almoço aplicando sobre o valor vigente, em 31 de agosto de 2008, o percentual correspondente a 100% da variação do sub-item "Alimentação fora de casa", integrante do cálculo do ICV-DIEESE, acumulado entre 1º de setembro de 2007 e 31 de agosto de 2008.

Leia na íntegra a pauta na página do sindicato



Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias CNPJ: 29.392.297/0001-60 - Reconhecido em 26 de Março de 1962 Rua José de Alvarenga, 553 - Duque de Caxias/RJ 25.020-140 - Tel.: 2772-7330 / 2652-1672 / 2672-1623 / 3774-4083 secretaria@sindipetrocaxias.org.br / imprensa@sindipetrocaxias.org.br

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, conforme Artigo 29 do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias, situado na rua José de Alvarenga, 553/Centro, o Presidente convoca toda a categoria que compõe a base de representação do Sindipetro-Caxias, Reduc e Terminal de Campos Elíseos, a estar presentes na assembléia a ser realizada no dia 28 agosto de 2008, às 18h para tratar do seguinte ponto de pauta: 1- Decretar Assembléia Permanente; 2 - Referendar a pauta de reivindicações aprovada por unanimidade por todos os delegados presentes no XIV Confup; 3- Aprovar a Federação Única dos Petroleiros como representante dos sindicatos e negociadora do ACT 2008.

Duque de Caxias, 28 de agosto de 2008

Simão Zanardi Filho - Presidente

Repactuação do Plano Petros Democracia vence o divisionismo: transação judicial é homologada!

O juiz titular da 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro, onde tramita a Ação Civil Pública da FUP que cobra da Petrobrás e subsidiárias o pagamento das dívidas atuariais do Plano Petros, publicou nesta terça-feira, 26, sentença de homologação do Termo de Transação Judicial, que tem por base o acordo de repactuação. A sentença foi publicada no portal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e pode ser acessada na íntegra na página da FUP www.fup.org.br, através do link Repactuação do Plano Petros.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Petros, ocorrida nesta terça-feira, 26, o conselheiro eleito e diretor da FUP, Paulo César Martin, cobrou que a Fundação encaminhe imediatamente as alterações

regulamentares do Plano Petros para aprovação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), agilizando, assim, o processo de implementação das conquistas da repactuação. O conselheiro eleito também solicitou à Petros que implemente a paridade contributiva plena do Plano Petros, uma das conquistas da repactuação que estava pendente, aguardando a homologação da transação judicial. Só a paridade contributiva representará ingressos de cerca de R\$ 1,7 bilhão no plano.

Continua na próxima página

Continuação

Má fé dos divisionistas fica evidente na sentença

Os divisionistas tentaram de tudo para tumultuar o processo de reapetuação do Plano Petros e, apesar das manobras e mentiras, não conseguiram impedir que 73% dos participantes e assistidos reapetuassem. Ainda assim, os divisionistas não respeitaram a vontade da maioria da categoria e por meses a fio realizaram um terrorismo jurídico na tentativa de impedir a homologação da transação judicial. Por trás do falso discurso de defensores dos interesses dos participantes e assistidos do Plano Petros, estava claro o tempo todo

seus objetivos reais: a disputa política em torno de uma questão de extrema relevância para os petroleiros.

A sentença de homologação do Termo de Transação Judicial deixa claro as intenções duvidosas dos divisionistas. Nas duas audiências de conciliação realizada pelo juiz da 18 Vara Cível, com a presença, inclusive, do Ministério Público, os representantes dos sindicatos do Litoral Paulista, Pará e Rio Grande do Sul não tiveram sequer o bom senso de buscar um entendimento em benefício dos participantes e assistidos do Plano Petros. O juiz destaca na sentença todas as tentativas neste sentido: “Tanto nesta audiência (25/

08), quanto na audiência anterior (28/07), após as manifestações do juízo e de indagação direta ao assistente técnico dos ora ‘discordantes’, Dr. Clóvis Marcolin, em ambas as oportunidades, manifestou-se este no sentido de que, se o que foi transacionado fosse interpretado como o fazia o juízo, sem tergiversar, afirmou o mesmo que o conteúdo da transação seria vantajoso para os beneficiários da Petros. Sobre isso, portanto, não há o que tergiversar; qualquer afirmação em sentido contrário se fará de má-fé”.

A íntegra da sentença está na página da FUP, no link: http://www.fup.org.br/site/petros/sentenca_acao_civil_publica_1.pdf

Conselho Deliberativo reafirma urgência de um novo marco regulatório para garantir o controle estatal sobre o pré-sal

FUP indicará greve se houver novas rodadas de licitações dos blocos petrolíferos

Garantir que o Estado brasileiro tenha o controle efetivo sobre as reservas de petróleo e gás do país, utilizar estas riquezas em benefício da população, fortalecer a Petrobrás enquanto empresa pública. Estas são as principais propostas que a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos filiados defendem para o novo marco regulatório do setor petróleo. Na segunda-feira, 25, o Conselho Deliberativo da FUP reuniu-se pela primeira vez e reafirmou a urgência de uma nova legislação que se contraponha à Lei 9478, criada em 1997 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A FUP e seus sindicatos exigem ainda a suspensão imediata dos leilões dos blocos petrolíferos e organizarão uma greve nacional, caso seja anunciada mais uma rodada de licitação.

O Conselho Deliberativo da FUP apontou também um calendário de lutas para pressionar o governo brasileiro a discutir com os trabalhadores e toda a sociedade uma nova legislação para o setor petróleo. A FUP participará no próximo dia 03 de reuniões com a Executiva Nacional

da CUT e a Coordenação dos Movimentos Sociais para debater uma agenda conjunta de mobilizações. No dia 05, a categoria petroleira fará o lançamento da campanha salarial, com uma mobilização pelo novo marco regulatório. A FUP discutirá também com a CUT e demais centrais sindicais a organização de um grande ato em Brasília, em defesa da soberania nacional e do controle estatal e social das reservas de petróleo e gás.

Petróleo para o povo brasileiro. Soberania e desenvolvimento social

A defesa da soberania tem marcado historicamente as principais lutas da classe trabalhadora, estudantes, movimentos sociais e tantos outros brasileiros que se mobilizaram contra a quebra do monopólio estatal do petróleo e as privatizações nos anos 90. A FUP e seus sindicatos têm protagonizado nesta última década mobilizações que foram fundamentais para frear o sucateamento da Petrobrás e as tentativas de privatização da empresa. Os petroleiros vêm denunciando constantemente os prejuízos impostos pela Lei 9478/97, através de manifestações e

intervenções contra os leilões dos blocos petrolíferos e por um novo marco regulatório para o setor. Agora, que o governo brasileiro finalmente pautou esta questão, os trabalhadores precisam intensificar as mobilizações para que as mudanças ocorram no sentido de garantir que o nosso petróleo seja efetivamente do povo brasileiro.

As imensas reservas de petróleo e gás descobertas na camada pré-sal da costa brasileira impõem novas frentes de luta para a classe trabalhadora e os movimentos sociais, trazendo à tona a necessidade e urgência de um amplo movimento nacional em defesa da soberania. Este é o momento de estabelecermos as condições necessárias para garantir o controle estatal do petróleo e gás brasileiros e um novo modelo de desenvolvimento social e econômico, que tenha como foco a distribuição de renda, a valorização do trabalho e a sustentabilidade ambiental. As riquezas geradas pelo petróleo devem ser utilizadas determinantemente em políticas sociais que resgatem as dívidas que o país tem com as populações pobres.

